

Tempos de austeridade

ESTADO DE SÃO PAULO

País comemora um ano de sucesso do Plano Real. Seus resultados positivos são inquestionáveis para a grande maioria da população. É o plano que apresenta menor inflação média no primeiro ano — 2,36% — e, no quadri-mestre passado, a menor inflação das duas últimas décadas. Como resultado, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,4% no segundo semestre do ano passado e 10,5% no primeiro semestre deste ano. A

massa de salários reais na indústria aumentou 6,8% de junho do ano passado a março deste ano. A taxa de desemprego caiu e a de investimentos saltou para 17,1% no período. Também a atividade agrícola registra uma espetacular produção de grãos, que superou em 9,1% a safra de 1993 e deverá atingir, no final do ano, o volume de 79,3 milhões de toneladas.

Entretanto, ainda estamos longe de concluir a política de estabilização contrariando expectativas exa-



O Legislativo contribuiu para o sucesso da política de estabilização

geradamente otimistas. A luta contra a inflação continua e permanece sendo a prioridade básica do governo Fernando Henrique Cardoso. A crise mexicana e as dificuldades enfrentadas pela economia argentina tiveram um forte impacto na gestão de nossa política econômica. Serviram para lançar por terra o ufanismo dos que acreditavam que bastava domar a inflação para tudo entrar nos eixos. A expansão exagerada do consumo de supérfluos e o

desequilibrio de nossa balança comercial demonstraram que o crescimento espetacular do primeiro semestre era frágil. Não poderia ser acompanhado de um choque de ofertas; resultaria na retomada da inflação.

O governo impôs limitações às importações e ao consumo. Sacrifica setores exportadores com o câmbio. Limita fortemente os créditos com as altas taxas de juros. Pratica uma política de rígido aperto fiscal para manter o equilíbrio orçamentário.

Há déficit comercial e expansão da dívida pública. A flexibilização da atual política monetária — com mudanças no câmbio e nos juros — é uma necessidade mas não pode ser feita por passe de mágica. Não haverá milagres. O sucesso definitivo do Real depende de austeridade. Do governo e da sociedade. Mudanças no câmbio e nos juros sem alta da inflação são operação difícil e delicada, que desafia a equipe econômica. Seu êxito não poderá ser resultado sómente da competência dos técnicos. É preciso ouvir mais e mais a sociedade e seus agentes políticos e econômicos. É desta relação que emana o bom senso nas decisões.

A estabilização duradoura não será possível sem a progressiva desindexação da economia, a partir dos salários, que passarão a ser livremente negociados — exceto o salário-mínimo e as pensões e benefícios da Previdência. Dependerá também da aceleração das privatizações e da conclusão das reformas tributárias, administrativa e da Previdência. A combinação de política monetária e fiscal rigorosa e mudanças estruturais, inclusive no plano institucional, consolidará o Real. Permitirá a retomada do crescimento econômico em bases mais sólidas e o combate efeti-

vo às injustiças sociais, com uma melhor repartição da renda nacional.

Queremos um Estado forte na produção de serviços de boa qualidade nas áreas de saúde, educação, saneamento e segurança. Honrar o compromisso de governo em dobrar o valor do salário-mínimo, com aumentos reais que já começaram em 1º de Maio. O Congresso tem dado inúmeras provas de que comprehende as dificuldades do governo. A realização da reforma da ordem econômica da Constituição, a aprovação da nova lei de concessões dos serviços públicos e da Lei de Diretrizes Orçamentárias são demonstrações de que o Legislativo está dando sua contribuição efetiva para o sucesso da política de estabilização. Mais é preciso ser claro: o cenário não será alterado a curíssimo prazo. Além de bancar a desindexação, o Congresso precisa acelerar as reformas constitucionais e apoiar a política de rígido controle orçamentário do governo. Não estamos numa recessão, como alguns apregoam, nem haverá arrocho salarial. Mas a batalha contra a inflação é dura. Vivemos tempos de austeridade.

■ José Aníbal é líder do PSDB na Câmara dos Deputados